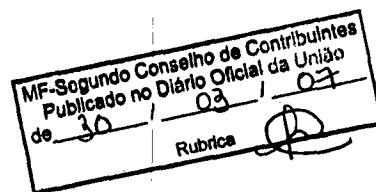




Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10865.000512/99-54
Recurso nº : 127.952
Acórdão nº : 203-11.096



2º CC-MF
Fl.

Recorrente : TRANSPORTADORA ROSALEM LTDA.
Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto - SP

PIS. DECADÊNCIA. PRAZO: 5 + 5 ANOS. TESE DO STJ.
Segundo jurisprudência pacífica do STJ é de 10 (dez) anos (5 + 5) o prazo para postular a restituição de indébito de PIS.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
TRANSPORTADORA ROSALEM LTDA.

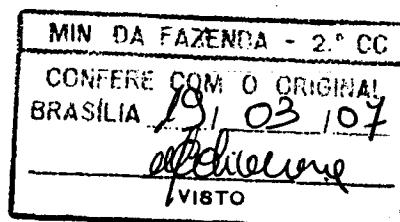
ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos em dar provimento ao recurso para afastar a decadência, pela tese dos dez anos.** Vencidos os Conselheiros Emanuel Carlos Dantas de Assis, Odassi Guerzoni Filho e Antonio Bezerra Neto que consideravam decaídos os recolhimentos anteriores a 09/04/94. Os Conselheiros Sílvia de Brito Oliveira e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda votaram pelas conclusões.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 2006.

A. J. Bezerra Neto
Antonio Bezerra Neto
Presidente

Cesar Piantavigna
Cesar Piantavigna
Relator

Participou, ainda, do presente julgamento o Conselheiro Valdemar Ludvig.
Ausente, justificadamente, o Conselheiro Eric Moraes de Castro e Silva.
Eaal/mdc





Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 10865.000512/99-54

Recurso nº : 127.952

Acórdão nº : 203-11.096

Recorrente : TRANSPORTADORA ROSALEM LTDA.

RELATÓRIO

Pedido de restituição (fl. 01) formulado em **09/04/1999** solicitou o pagamento de indébito de PIS relacionado a recolhimentos de tal contribuição efetuados no período de **06/89 a 10/95** (fls. 17/49).

Decisão (fls. 91/93) deferiu parcialmente o requerimento, entendendo que apesar de a empresa enquadrar-se na modalidade de recolhimento da contribuição designada **PIS-repique** (fl. 92) somente teria direito à repetição de parcela do crédito suscitado relacionado às **competências posteriores a 05/94 (inclusive)**, por conta da decadência que atingiu a outra porção do crédito ventilado (pagamentos feitos nos meses de **06/89 a 04/94** – fl. 92).

À fl. 94 a Recorrente compareceu aos autos para juntar cópia de sentença (fls. 95/102) que lhe reconheceria crédito decorrente de indébito de PIS deflagrado com a inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, ambos de 1988.

Impugnação (fls. 123/131) sustentou a inocorrência da decadência pronunciada pela decisão de fls. 91/93.

Decisão da instância de piso (fls. 199/202) manteve intacto o indeferimento parcial do pleito.

Recurso (fls. 208/216) repriseu argumentos que demonstrariam a inocorrência de decadência no caso vertente.

É o relatório, no essencial.

9

MIN. DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 19/03/07
<i>expediente</i>
VISTO



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10865.000512/99-54
Recurso nº : 127.952
Acórdão nº : 203-11.096

MIN. DA FAZENDA - 2.º CC	
CONFERE COM O ORIGINAL	
BRASÍLIA	19/03/07
<i>efetivado</i>	
VISTO	

2º CC-MF
Fl.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR CESAR PIASTAVIGNA

Venho reiteradamente expondo meu posicionamento quanto ao prazo decadencial em casos de restituição de indébito.

Sigo a orientação do STJ para a hipótese, isto é, de 10 (dez) anos contados de cada qual dos recolhimentos indevidos:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. COMPENSAÇÃO. PIS. PRESCRIÇÃO/DECADÊNCIA. INÍCIO DO PRAZO. PRECEDENTES.

1. *Está uniforme na 1ª Seção do STJ que, no caso de lançamento tributário por homologação e havendo silêncio do Fisco, o prazo decadencial só se inicia após decorridos 5 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um quinquênio, a partir da homologação tácita do lançamento. Estando o tributo em tela sujeito a lançamento por homologação, aplicam-se a decadência e a prescrição nos moldes acima delineados.*
2. *Não há que se falar em prazo prescricional a contar da declaração de inconstitucionalidade pelo STF ou da Resolução do Senado. A pretensão foi formulada no prazo concebido pela jurisprudência desta Casa Julgadora como admissível, visto que a ação não está alcançada pela prescrição, nem o direito pela decadência. Aplica-se, assim, o prazo prescricional nos moldes em que pacificado pelo STJ, id est, a corrente dos cinco mais cinco.*
3. *A ação foi ajuizada em 23/03/2001. Valores recolhidos, a título de PIS, no período de 12/89 a 04/96. Não transcorreu, entre o prazo do recolhimento (contado a partir de 03/1991) e o do ingresso da ação em juízo, o prazo de 10 (dez) anos. Inexiste prescrição sem que tenha havido homologação expressa da Fazenda, atinente ao prazo de 10 (dez) anos (5 + 5), a partir de cada fato gerador da exação tributária, contados para trás, a partir do ajuizamento da ação.*
4. *Precedentes desta Corte Superior.*
5. *Embargos de divergência parcialmente acolhidos para, com base na jurisprudência predominante da Corte, declarar a prescrição, apenas, das parcelas anteriores a 03/91, concedendo as demais, nos termos do voto. (EResp. nº 500.231/RS. 1ª Seção. Rel. Min. José Delgado. Julgado em 10/11/2004. DJU 17/12/2004 – grifo da transcrição).*

Desta forma, sou firme em afirmar que os pagamentos injustificados distribuídos no período de 06/89 a 04/94 figuram passíveis de devolução no que despontem excessivos, na medida em que a protocolização do pleito em exame nesses autos foi efetivada em 09/04/99, antes, portanto, de transpostos os 10 (dez) anos aventados na decisão do referido Tribunal Superior.

JP



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

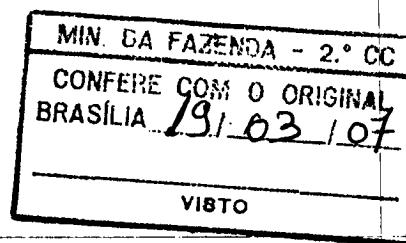
2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 10865.000512/99-54
Recurso nº : 127.952
Acórdão nº : 203-11.096

Face ao exposto, dou provimento ao recurso para reputar não atingido pela decadência o crédito suscitado pela Recorrente relacionado com pagamentos indevidos de PIS efetivados nos meses de 06/89 a 04/94 (inclusive).

Sala das Sessões, em 30 de junho de 2006.


CESAR PIANTAVIGNA





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

MINISTÉRIO DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 19/03/07
<i>explicativo</i>
VISTO

Processo nº: 10865.000512/99-54
Recurso nº: 127952

TERMO DE INTIMAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 44 do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, fica o Sr. Procurador Representante da Fazenda Nacional, credenciado junto à Terceira Câmara do Segundo Conselho, intimado a tomar ciência do Acórdão nº 203-11096.

Brasília, 23/08/2006

Antônio Bezerra Neto
ANTONIO BEZERRA NETO
Presidente da Terceira Câmara

Ciente em